



Demonstrações contábeis intermediárias em
31 de março de 2016

Gerência de Contabilidade

2 - Demonstrações Contábeis intermediárias.....	4
2.1 - Balanços patrimoniais	4
2.2 - Demonstrações de resultados	5
2.3 – Demonstrações do resultado abrangente	6
2.4 - Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
2.5 - Demonstrações dos fluxos de caixa	8
2.6 - Demonstrações do valor adicionado	9
3 - Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias	10
3.1 - Contexto operacional.....	10
3.2 - Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias	12
3.3 - Principais políticas contábeis	12
3.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos	19
3.5 - Caixa e equivalentes de caixa	20
3.6 - Contas a receber	20
3.7 - Partes relacionadas	21
3.8 - Estoques.....	24
3.9 - Tributos a recuperar	24
3.10 - Despesas pagas antecipadas.....	25
3.11 – Sinistros a recuperar e demais contas a receber	27
3.12 - Depósitos judiciais e provisão para contingências.....	27
3.13 – Imobilizado	30
3.14 – Intangível.....	32
3.15 – Leasing (arrendamento).....	34
3.16 - Fornecedores	34
3.17 – Contas a pagar.....	34
3.18 - Obrigações fiscais.....	34
3.19 - Obrigações sociais e trabalhistas	34
3.20 - Arrendamentos e concessões a pagar	35
3.21 - Provisões Operacionais.....	36
3.22 - Demais Contas a pagar	36
3.23 - Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC.....	36
3.24 - Receitas diferidas.....	36
3.25 - Patrimônio líquido	37
3.26 - Receita dos serviços prestados	38
3.27 - Custos dos serviços prestados	39
3.28 - Receitas (despesas) operacionais	39
3.29 - Resultado financeiro	40
3.30 - Imposto de renda e contribuição social.....	40
3.31 - Informação por segmento de negócios	42
3.32 – Benefícios a empregados	42
3.33 - Gestão de riscos financeiros	44
3.34 - Compromissos	48
4 - Administração - Conselheiros e Diretores	49

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Ferrovia Centro Atlântica S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Ferrovia Centro Atlântica S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.1 e 4.35, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), por meio da resolução 4.131 de 3 de julho de 2013, alterada pela resolução 4.160 e 4.750 e da Deliberação 29, de 21 de janeiro de 2016, define as diretrizes de contabilização decorrente da devolução de aproximadamente 3.800 (três mil e oitocentos) quilômetros de trechos que compõem a malha ferroviária sob sua concessão atual, dos quais 07 (sete) trechos são considerados “antieconômicos” e 06 (seis) trechos “economicamente viáveis”. De acordo com a referida deliberação, parte das possíveis mutações patrimoniais quanto à transferência de propriedade do bem dado em pagamento, decorrentes deste assunto, somente terá sua cessão permitida após elaboração de instrumentos jurídicos. Estas

medidas não aconteceram até o término dos nossos trabalhos. Nenhum ajuste foi incluído nas informações contábeis intermediárias em função deste assunto. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de vendas e compras de serviços, operações de adiantamentos para futuro aumento de capital e operação de cessão de créditos fiscais são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 3.7 às informações contábeis intermediárias. Portanto, as informações contábeis intermediárias acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 11 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 - Balanços patrimoniais

Em milhares de Reais

	Notas	31/03/2016	31/12/2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3.5	19.599	40.203
Contas a receber	3.6	270.523	269.369
Estoques	3.8	59.815	55.481
Tributos a recuperar	3.9	99.508	105.720
Despesas pagas antecipadamente	3.10	49.485	29.941
Sinistro a recuperar	3.11	62.404	42.056
Demais contas a receber	3.11	46.892	48.989
		<u>608.226</u>	<u>591.759</u>
Não circulante			
Contas a receber	3.6	265.880	291.880
Despesas pagas antecipadamente	3.10	17.184	17.640
Depósitos judiciais	3.12	228.639	213.023
Tributos a recuperar	3.9	17.540	17.644
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	3.30	208.460	192.194
Contas a receber da RFFSA (União)	3.12(a)	83.006	81.830
Demais contas a receber	3.11	30.500	-
Imobilizado	3.13	876.097	875.587
Intangível	3.14	2.705.255	2.605.452
		<u>4.432.561</u>	<u>4.295.251</u>
Total do ativo		<u>5.040.787</u>	<u>4.887.010</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	3.16	173.428	121.569
Contas a pagar	3.17	15.157	5.495
Leasing	3.15	40.328	41.246
Obrigações fiscais	3.18	15.528	20.721
Obrigações sociais e trabalhistas	3.19	58.081	92.883
Arrendamento, concessões e subconcessões	3.20	45.096	45.125
Provisões operacionais	3.21	28.452	39.598
Receitas diferidas	3.24	145.086	1.567
Demais contas a pagar	3.22	6.626	4.452
		<u>527.782</u>	<u>372.656</u>
Não circulante			
Leasing	3.15	22.354	31.671
Provisão para contingências	3.12	62.692	62.301
Benefícios a empregados	3.32	1.628	1.262
Receitas diferidas	3.24	26.370	26.762
Demais contas a pagar	3.22	-	164
Adiantamento para futuro aumento de capital-AFAC	3.23	2.835.893	2.795.893
		<u>2.948.937</u>	<u>2.918.053</u>
Patrimônio líquido	3.25		
Capital social		1.722.966	1.722.966
Prejuízos acumulados		(158.898)	(126.665)
		<u>1.564.068</u>	<u>1.596.301</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>5.040.787</u>	<u>4.887.010</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

2.2 - Demonstrações de resultados

Em milhares de Reais, exceto
quando indicado de outra forma

Período de 3(três) meses findos em:

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Receita líquida de serviços prestados	3.26	384.747	356.475
Custo dos serviços prestados	3.27	<u>(418.837)</u>	<u>(376.545)</u>
Prejuízo bruto		<u>(34.090)</u>	<u>(20.070)</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	3.28 (a)	(36)	(37)
Gerais e administrativas	3.28 (b)	(17.872)	(1.455)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.28 (c)	<u>5.337</u>	<u>(136)</u>
		<u>(12.571)</u>	<u>(1.628)</u>
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		<u>(46.661)</u>	<u>(21.698)</u>
Resultado financeiro	3.29	<u>(1.839)</u>	<u>7.669</u>
Despesas financeiras		(9.711)	(1.553)
Receitas financeiras		801	1.074
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		<u>7.071</u>	<u>8.148</u>
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		<u>(48.500)</u>	<u>(14.029)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.30	<u>16.267</u>	<u>10.697</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		16.267	10.697
Prejuízo do Período		<u>(32.233)</u>	<u>(3.332)</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação atribuído aos acionistas (expresso em R\$ por lote de milhão de Ações)	3.25 (d)	<u>(0,15)</u>	<u>(0,02)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

2.3 – Demonstrações do resultado abrangente

Em milhares de Reais	Período de 3(três) meses findos em:	
	31/03/2016	31/03/2015
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(32.233)	(3.332)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(32.233)</u>	<u>(3.332)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

2.4 - Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de Reais

	Capital Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2015	<u>1.722.966</u>	<u>(231)</u>	<u>(155.588)</u>	<u>1.567.147</u>
Resultado abrangente do exercício				
Prejuízo líquido do período	-	-	(3.332)	(3.332)
Total do resultado abrangente	-	-	(3.332)	(3.332)
Em 31 de março de 2015	<u>1.722.966</u>	<u>(231)</u>	<u>(158.920)</u>	<u>1.563.815</u>
Em 01 de janeiro de 2016	<u>1.722.966</u>	<u>-</u>	<u>(126.665)</u>	<u>1.596.301</u>
Resultado abrangente do exercício				
Prejuízo líquido do período	-	-	(32.233)	(32.233)
Total do resultado abrangente	-	-	(32.233)	(32.233)
Em 31 de março de 2016	<u>1.722.966</u>	<u>-</u>	<u>(158.898)</u>	<u>1.564.068</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

2.5 - Demonstrações dos fluxos de caixa

Em milhares de Reais

	31/03/2016	31/03/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do Período	(32.233)	(3.332)
Ajustes		
Depreciação e amortização	71.474	60.634
Provisão para perdas e contingências	(5.475)	(2.614)
Despesas com variação monetária/cambial	(7.071)	(8.148)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	456	456
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	(6.113)	(4.355)
Receitas diferidas	(48.232)	(43.948)
Despesa da obrigação de benefício	366	-
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(16.267)	(10.697)
Encargos Financeiros - Leasing	441	-
Outros	-	(5)
	(42.654)	(12.009)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	216.747	(890)
Estoques	990	(1.408)
Tributos a recuperar	6.385	15.777
Despesas antecipadas	(19.545)	(16.002)
Depósitos judiciais e garantias	(9.892)	(8.756)
Sinistros a recuperar	(20.348)	-
Demais contas a receber	(28.403)	2.959
Fornecedores	51.985	(35.640)
Contas a pagar	9.662	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(5.215)	320
Salários e obrigações sociais	(34.802)	(27.113)
Arrendamento e concessões a pagar	(29)	152
Provisões operacionais	(11.146)	-
Outros passivos	2.011	(11.375)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	115.746	(93.984)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de imobilizado	7.500	5.375
Compra de ativo imobilizado e intangível	(183.850)	(121.261)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(176.350)	(115.886)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	40.000	203.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	40.000	203.000
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(20.604)	(6.870)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	40.203	36.103
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	19.599	29.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

2.6 - Demonstrações do valor adicionado

Período de 3(três) meses findos em:

Em milhares de Reais

	31/03/2016	31/03/2015
Receitas		
Vendas brutas de serviços	449.015	415.996
Outras receitas (despesas)	21.244	11.813
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição	542	3.682
	<u>470.801</u>	<u>431.491</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(177.957)	(147.946)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(168.398)	(149.394)
Provisão para perdas, principalmente contingências, líquida de reversões	(391)	(1.068)
Outros	(4.459)	(5.260)
	<u>(351.205)</u>	<u>(303.668)</u>
Valor Adicionado bruto	<u>119.596</u>	<u>127.823</u>
Depreciação, amortização e exaustão	(71.474)	(60.634)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	<u>48.122</u>	<u>67.189</u>
Valor Adicionado recebido em transferência		
Receitas Financeiras	7.895	9.226
	<u>7.895</u>	<u>9.226</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>56.017</u>	<u>76.415</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	55.719	55.122
Benefícios	21.597	19.667
F.G.T.S.	3.569	3.551
Outros gastos com pessoal	850	482
	<u>81.735</u>	<u>78.822</u>
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	(10.122)	(3.689)
Estaduais	7.214	3.057
Municipais	12	-
	<u>(2.896)</u>	<u>(632)</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros	9.411	1.557
	<u>9.411</u>	<u>1.557</u>
Remuneração de Capital próprio		
Prejuízo líquido do período	(32.233)	(3.332)
	<u>(32.233)</u>	<u>(3.332)</u>
Valor Adicionado distribuído	<u>56.017</u>	<u>76.415</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

3 - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1 - Contexto operacional

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, “Companhia” ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026, podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026, renovável por mais 30 anos.

Em maio de 2007 a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (doravante denominada “ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. - Ferrobán (doravante denominada “Ferrobán”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo intangível os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferrobán relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 3.14. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferrobán.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a VLI Multimodal S.A. (Ex-Mineração Tacumã Ltda. - controlada indireta da VLI S.A. (“VLI”) - como a única controladora da FCA.

Foi anunciada no dia 3 de julho de 2013, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que autoriza a Ferrovia Centro-Atlântica a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolverá um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis. A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão.

A desativação dos seis trechos atenderá a um cronograma aprovado pela ANTT, garantindo à FCA sua capacidade operacional nos novos trechos do PIL, de forma a dar continuidade aos volumes previstos para atender aos atuais usuários do transporte ferroviário.

Além disso, a FCA continuará pagando trimestralmente os devidos valores referentes ao arrendamento e à concessão da malha até o término do contrato com o Governo Federal.

Os trechos antieconômicos foram devolvidos, em 2014, em conformidade com ANTT e os trechos viáveis economicamente serão desativados somente após a conclusão de novas licitações. Os trechos envolvidos conforme a resolução são os seguintes:

I – Trechos antieconômicos:	II– Trechos viáveis:
1. Paripe (BA) – Mapele (BA);	1. Alagoinhas (BA) – Juazeiro (BA);
2. Ramal do Porto de Salvador;	2. Alagoinhas (BA) – Propriá (SE);
3. General Carneiro (MG) a partir do km 588+600 – Miguel Burnier (MG);	3. Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Vitória (ES);
4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira (MG);	4. Barão de Angra (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ) – Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo trecho Recreio – Cataguases;
5. Biagópolis (SP) – Itaú (MG);	5. Visconde de Itaboraí (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ);
6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP); e	6. Corinto (MG) a partir do Km 856+100 – Alagoinhas (BA);
7. Barão de Angra (RJ) – São Bento (RJ).	

As possíveis mutações patrimoniais decorrentes deste assunto somente poderão ser registradas após revisão e aprovação dos aditivos contratuais e, também, da efetiva transferência de posse dos bens patrimoniais, incluindo as novas licitações a serem divulgadas pelo Poder Concedente.

Em 21 de janeiro de 2016 a ANTT definiu, através da Deliberação nº 29, diretrizes para contabilização dos reinvestimentos a serem executados pela Ferrovia Centro-Atlântica S.A. no trecho Centro-Leste. A Agência deliberou diretrizes de contabilização para fins regulatórios e controle do saldo devedor dos passivos devidos pela FCA à União Federal.

A Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações. Assim, até que suas operações possibilitem a geração de lucro em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações, a Companhia dependerá de recursos a serem obtidos de seus controladores ou terceiros. Em conexão com a elaboração dessas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia analisou esta situação e concluiu que não existem incertezas sobre a sua capacidade de obter tais recursos, caso necessário. Portanto, essas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis para companhias em continuidade operacional.

Mudança de Controle Acionário

Em abril de 2014, a Vale S.A. efetivou a transferência de participação de 20% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.509.200, representados por 1.778.158.082 ações ordinárias, para Mitsui & Co. (“Mitsui”). Nesta operação R\$ 709.200 foram pagos diretamente à Vale S.A. e R\$ 800.000 aportados na VLI.

Ainda em abril de 2014 a Vale S.A. efetivou a transferência de 15,9% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.200.000, representados por 1.413.854.823 ações ordinárias, para o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (“FI-FGTS”), cujo patrimônio é administrado pela Caixa Econômica Federal. Esta operação foi efetivada através de aporte na VLI.

Em Agosto de 2014, a Vale S.A. efetivou a transferência de 26,5% da sua participação no capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 2.000.000, representados por 2.356.424.704 ações ordinárias para Brookfield Asset Management (Brookfield). Nesta operação o valor foi pago diretamente para Vale S.A.

Com a conclusão dessa operação a VLI (controladora indireta) passa a ser controlada por um acordo de acionistas celebrado entre Vale, Mitsui, FI-FGTS e Brookfield.

3.2 - Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

3.2.1 Aprovação das informações contábeis intermediárias

A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de maio de 2016.

3.2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, designados e mensurados pelo valor justo.

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1), "Demonstrações Intermediárias", com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Extinção da Controlada S.L. Serviços Logísticos Ltda

Em 24 de novembro de 2014, foi aprovado, por unanimidade, pelo conselho de administração VLI S.A., a extinção da S.L. Serviços Logísticos Ltda, objetivando a simplificação da estrutura societária da Companhia. Os membros do conselho de administração aprovaram, também, a realização de todos atos necessários, conexos e complementares à execução dos procedimentos societários.

Em 29 de dezembro de 2015, o pedido de baixa definitiva do registro de empresas (NIRE) junto aos órgãos públicos federais e estaduais foi concluído. Em função da extinção, as demonstrações contábeis consolidadas da Ferrovia Centro-Atlântica deixaram de ser elaboradas e divulgadas considerando todos os atos e fatos societários abordados.

b) Transações que não afetam o caixa

Durante o período findo em 31 de março de 2016 e 2015 a Companhia realizou atividades não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa (nota 2.5). Garantia de Capacidade R\$ 101.140 e Aluguel de Locos e Vagões R\$ 90.219. (Em 31 de março de 2015 R\$ 93.848 e R\$ 81.625, respectivamente).

3.3 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme neste período apresentado, exceto quando indicado de outra forma.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão das demonstrações contábeis (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e de partes relacionadas, despesas pagas antecipadamente, AFAC, fornecedores, demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Provisão para não realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data das demonstrações contábeis, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*").

c) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

e) Tributo sobre o lucro

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

f) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

A vida útil dos bens está apresentada na Nota 3.13.

g) Intangível

I. Direitos de concessão

Está representado pelo valor pago pela FCA para operar o trecho denominado Malha Paulista, sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026.

II. Softwares adquiridos e licenças

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

III. Benfeitorias em bens arrendados

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, no contexto da concessão da Malha Centro-Leste e Malha Paulista (Ferroban) (Nota 3.1), são reconhecidos pelo seu custo histórico de aquisição e/ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

A vida útil dos intangíveis está apresentada na Nota 3.14.

h) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

i) Leasing

Os contratos de Leasing (arrendamento financeiro) são reconhecidos no ativo imobilizado e a dívida no passivo circulante ou não circulante, em função dos seus vencimentos. Os juros serão apropriados para a conta de despesas financeiras com base no período de competência.

j) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Em alguns casos, os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. Em sua maioria as contas a pagar são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

k) Concessões e arrendamentos

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

A concessão dos trechos da FCA originou-se do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Foram celebrados dois tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existent e

operados pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim, os mesmos são tratados como sendo um só.

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pelo Comunicado Técnico CTG 05 - Contratos de Concessão, considerando que:

- I) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão;
- II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente.

E ainda conforme os esclarecimentos provenientes do Comunicado Técnico CTG 05 e com instruções contidas no Manual de Contabilidade, divulgado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Administração concluiu que as condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ITG 01 - Contratos de Concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, oriundos da União.

Dessa forma, esses contratos de concessão e arrendamento são apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

Os investimentos (benfeitorias) efetuados na infraestrutura (malha ferroviária) relacionados aos contratos de concessão e arrendamento mencionados na Nota 3.1 são registrados no ativo intangível. Não foi registrado no momento inicial nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

I) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

No caso de contingências prováveis, onde houver direito contratual de reembolso parcial ou total por outra parte, é constituída provisão para a contingência e, no ativo, é reconhecido o direito ao reembolso, quando houver o direito contratual ou legal ou o reembolso for praticamente certo. No resultado, o valor da despesa é apresentado líquido do valor reconhecido de reembolso. A exceção são as contingências onde, por força de Lei, a União (sucessora da RFFSA) é considerada a responsável primária (Nota 3.12), sendo a Companhia um agente no litígio.

m) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de previdência privada é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano,

ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas ao plano de previdência privada são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação no resultado

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados na qual a metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada ("*constructive obligation*").

n) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o cliente;
- 2) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 3) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

As receitas de juros são reconhecidas conforme o prazo decorrido, utilizando o método de taxa de juros efetiva aplicável.

Receitas diferidas

As receitas diferidas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros.

As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando:

- decorrido o prazo de competência ; ou
- da prestação de serviços futuros;

o) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os titulares de ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, caso dividendos sejam propostos estes serão reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis, com base no estatuto social da Companhia.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

p) Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o Real (R\$).

q) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 3.31, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

r) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1º de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39- "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção, mas não espera efeitos materiais.

A IFRS 16 "Contratos de Leasing" - Esta norma foi emitida em Janeiro de 2016 e será obrigatória para as empresas que reportam em IFRS em ou após 1º de janeiro de 2019. Ao momento de tornar-se obrigatória, a IFRS 16 irá substituir a interpretação sobre leasing que existe atualmente, IAS 17.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

s) Capital Social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração.

t) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (“DVA”), de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do valor adicionado, que são apresentados como parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações contábeis intermediárias.

3.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações contábeis intermediárias com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para contingências prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3.4.1 - Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos nos próximos exercícios são as seguintes:

- I. Redução do valor recuperável de ativos - A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".
- II. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível - A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- III. Tributos sobre o lucro diferidos - A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos contábeis. A constituição dos tributos sobre o lucro diferidos, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.
- IV. Provisão para contingências - A Companhia constituiu provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que seu julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, a Companhia reavalia as suas estimativas.

3.4.2 - Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia - Concessão

Conforme descrito na Nota 3.3(k) a Companhia segue as orientações da ITG 01 - Contratos de Concessão e do CTG 05 - Contratos de Concessão para contabilizar a concessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços. A aplicação dessas interpretações e comunicados técnicos requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- I. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- II. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados.
- III. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price-cap*" é raramente atingido.
- IV. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- V. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas, e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

3.5 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos	4.075	3.792
Aplicações Financeiras	15.524	36.411
	19.599	40.203

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 100,09 % em 31 de março de 2016 e 99,73% em 31 de dezembro de 2015, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

3.6 - Contas a receber

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir:

Circulante	31/03/2016	31/12/2015
Contas a receber de clientes	82.959	73.269
Contas a receber partes relacionadas	209.301	218.379
Menos: Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(21.737)	(22.279)
Contas a receber de clientes, líquidas	270.523	269.369

Não circulante	31/03/2016	31/12/2015
Contas a receber	-	26.000
Contas a receber partes relacionadas	265.880	265.880
	265.880	291.880
	31/03/2016	31/12/2015
A vencer	486.054	444.348
Vencidos até 3 meses	24.291	85.838
Vencidos de 3 a 6 meses	3.308	6.735
Vencidos acima 6 meses	44.487	46.607
Contas a receber	558.140	583.528

O comitê de créditos e cobranças, formado pelas áreas contas a receber, comercial, faturamento e gestão de risco corporativo, analisam a situação dos atuais clientes visando mitigar possíveis perdas e inadimplências.

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos a mais de 180 dias, excluindo os valores mantidos com as empresas ligadas, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

3.7 - Partes relacionadas

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balanco Patrimonial	31/03/2016	31/12/2015
Ativo circulante		
Contas a receber		
Cia Coreano Brasileria de Pelotização - KOBASCO	-	-
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social -Valia	14	14
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	164	164
Log-in Logística Intermodal S/A	20	20
Mineração Andirá Ltda	-	3
MRS Logística S/A	559	536
Vale Manganês S.A.	4	4
Ultrafértil S.A.	79	79
Vale S/A	31.301	30.751
Vale Fertilizantes S.A.	3.646	18.033
Vale Moçambique S.A.	748	475
Mineração Urucum S.A.	3	3
Salobo Metais S.A.	5	5
Ferrovia Norte Sul S.A.	111	118
VLI Operações Portuárias S.A.	24	24
VLI S.A.	482	482
VLI Multimodal S.A.	172.140	167.668
	209.300	218.379
	31/03/2016	31/12/2015
Ativo não circulante		
Contas a Receber		
Vale S/A	265.880	265.880
	265.880	265.880

Passivo Circulante	31/03/2016	31/12/2015
Fornecedores		
MRS Logística S/A	785	642
Pasa- Plano de Assistência à Saúde do Aposentado da Vale	-	212
Ferrovia Norte Sul S.A	33	33
VLI Multimodal S.A.	22.890	9.893
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	1.624	1.403
VLI S/A	2.430	-
Vale S/A	5.226	4.637
	<u>32.988</u>	<u>16.820</u>
Passivo não Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital	31/03/2016	31/12/2015
VLI Multimodal S.A.	2.835.893	2.795.893
	<u>2.835.893</u>	<u>2.795.893</u>
Demonstrações do Resultado	31/03/2016	31/03/2015
Receitas		
Receita bruta de serviços prestados		
MRS Logística S/A	1.704	1.490
Vale Fertilizantes S.A	12.096	6.055
Vale S/A	32.405	34.478
VLI Multimodal S.A	166.594	167.263
	<u>212.799</u>	<u>209.286</u>
Receita de aluguel de locomotiva		
VLI Multimodal S.A	22.555	20.406
	<u>22.555</u>	<u>20.406</u>
Outras Receitas (despesas) Operacionais		
Vale S/A	161	127
Samarco Mineração S/A	45	41
Vale Fertilizantes S.A	95	-
VLI S.A.	-	22
	<u>301</u>	<u>190</u>
Custos e despesas		
Vale S/A	-	(969)
	<u>-</u>	<u>(969)</u>
Custo de partilha de fretes (Tráfego Mútuo)		
Vale S/A	(27.173)	(25.382)
MRS Logística S/A	-	(573)
	<u>(27.173)</u>	<u>(25.955)</u>
Custo com direito de passagem		
Vale S/A	-	(3.968)
MRS Logística S/A	(7.036)	(2.899)
	<u>(7.036)</u>	<u>(6.867)</u>
Custo dos serviços		
Pasa	(475)	-
Ferrovia Norte Sul S.A	(7)	-
VLI Operações Portuárias S/A	(26)	-
VLI Multimodal S/A	(34)	-
	<u>(542)</u>	<u>-</u>
Previdência Complementar		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	(1.056)	(1.050)
	<u>(1.056)</u>	<u>(1.050)</u>

As análises de vencimentos dessas contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	31/03/2016	31/12/2015
A vencer	425.971	367.571
Vencidos até 3 meses	24.980	83.222
Vencidos de 3 a 6 meses	-	5.944
Vencidos acima 6 meses	24.230	27.522
	475.181	484.259

Os contas a receber com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado disponibilizados para venda.

As receitas com partes relacionadas representam a prestação de serviços de fretes, venda de direitos de opção de capacidade, aluguel de locomotvas e venda de outros materiais.

Os custos com direito de passagem e partilha de frete, representam os valores gastos com a utilização da malha ferroviária de outra concessionária. As dívidas com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital, são recursos recebidos pela FCA de seu acionista controlador VLI Multimodal S.A, a serem utilizados com a finalidade de aumentar o capital social (nota 3.23).

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela controladora VLI S.A., sem o respectivo reembolso.

REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12865/13 - 09 de outubro de 2013 - § 7º os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto a Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 a FCA registrava em seus livros fiscais saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda no montante de R\$ 1.412 milhões e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 1.457 milhões resultantes dos prejuízos acumulados nos últimos anos. A título destas, a FCA poderia gozar de R\$ 484 milhões em créditos fiscais no decorrer dos exercícios seguintes. A Vale na época detentora indireta de participação em ações emitidas pela FCA decidiu, em virtude do programa governamental que permitiria as empresas, se beneficiar das bases tributárias e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013 a Vale e FCA celebraram contrato atípico e sem precedentes de cessão de créditos fiscais. Este contrato foi firmado considerando as autorizações contidas na Lei nº12865/13(REFIS).

Em consonância com as premissas e estimativas aplicadas em seu plano de negócio, a FCA decidiu por ajustar ao valor presente a operação considerando uma taxa de desconto de 7,8%.

De acordo com o contrato de cessão dos créditos fiscais a Vale pagará à FCA os seguintes valores:
1ª parcela à vista - A FCA transferiu através da opção exercida pela Vale o montante nominal de R\$ 121 milhões de créditos fiscais, sem nenhuma condicionante ou realização de prejuízos fiscais e bases negativas. Ficou ajustado entre as partes que esta parcela seria paga à vista com deságios, considerando que o valor da operação foi inicialmente ajustado ao valor presente. O saldo desta parcela estava

registrado pelo valor justo de R\$ 82,5 milhões. O ajuste a valor presente desta parcela foi de R\$ 38,4 milhões; e considerando o custo de oportunidade do recebimento à vista desta primeira parcela, foi concedido um desconto adicional de R\$ 22,2 milhões de reais. Esta parcela que representa 25% do total nominal dos créditos fiscais foi paga no ato do exercício da opção pela Vale em novembro de 2013, no montante de R\$60 milhões.

Demais parcelas - A devolução será realizada com base no montante anual equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faz jus na medida em que esta apurasse lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos, no valor total de R\$ 484 milhões, deduzidos da 1ª parcela no montante de R\$ 121 milhões, restando, portanto, o saldo nominal de R\$ 363 milhões.

Considerando que, a devolução das demais parcelas, ficarão condicionadas ao aproveitamento dos créditos fiscais, estando incluídas neste caso, mas não se limitando, a apuração do lucro tributável, a realização de reestruturação societária, a edição de legislação que permita o pagamento à vista ou parcelamento de débitos de sua titularidade com a utilização dos créditos fiscais ou qualquer alteração legislativa, a taxa adotada para mensuração dos ajustes a valor presente foi de 7,8% a.a.

3.8 - Estoques

Os saldos dos estoques têm sua composição como segue:

Circulante	31/03/2016	31/12/2015
Peças e componentes de equipamentos / instalações	42.396	43.605
Combustíveis, lubrificantes e gases	2.062	2.450
Materiais de expediente e outros	7.062	5.755
Materiais elétricos / eletrônicos	6.095	6.835
Outros materiais	2.200	2.160
Provisão para perdas em itens de estoque	-	(5.324)
	59.815	55.481

A provisão de perda dos estoques é constituída através de uma estimativa dos itens obsoletos, inservíveis ou sem movimentação.

3.9 - Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar têm sua origem conforme segue:

	31/03/2016	31/12/2015
Circulante		
ICMS a recuperar (a)	37.172	33.915
Imposto de renda retido na fonte	686	591
PIS e COFINS a compensar (a)	55.723	65.396
Imposto de renda e contribuição social antecipados	5.698	5.629
IOF a recuperar	127	127
ISS	64	24
INSS	38	38
	99.508	105.720
Não circulante		
ICMS a recuperar	17.540	17.644
	17.540	17.644
Tributos a recuperar - total	117.048	123.364

(a) Créditos fiscais extemporâneos registrados durante o exercício de 2015, tendo como principal a movimentação dos créditos fiscais de ICMS, PIS e Cofins.

3.10 - Despesas pagas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por:

	31/03/2016	31/12/2015
Circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (b)	1.825	1.825
Prêmios de seguros pagos antecipadamente (c)	11.808	12.760
Alugueis dos Terminais Integrados pagos antecipadamente (a)	35.577	14.875
Despesas c/ licença de uso de softwares	275	481
	49.485	29.941
Não circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (b)	17.184	17.640
	17.184	17.640
	66.669	47.581

As despesas pagas antecipadamente em 31 de março de 2016 têm sua composição a seguir:

	Valor	Parcelas a Apropriar	Vigência
Circulante			
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (b)	1.825	12 parc.R\$ 152,08	1.825 mar/16 a fev/17
Responsabilidade Civil Geral	1.778	8 parc.R\$ 149,50	1.196 nov/15 a nov/16
Riscos Operacionais	11.465	8 parc.R\$ 951,80	7.614 nov/15 a nov/16
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	3.598	10 parc.R\$ 299,80	2.998 jan/16 a jan/17
Aluguel de Terminais Pagos Antecipadamente:			
Araguari (a)	22.234	11 parc.R\$1.852,8 1 parc.R\$ 926,4	21.307 mar/16 a mar/17
Santa Luzia (a)	7.310	11 parc.R\$ 672,2 e 1 parc.R\$ 336,1	7.731 mar/16 a mar/17
Guará (a)	11.528	7 parc.R\$ 871,8 e 1 parc. R\$ 435,9	6.539 nov/15 a nov/16
Despesas c/ licença de uso de softwares	824	4 parc.R\$ 68,7	275 ago/15 a jul/16
		49.485	
Não circulante			
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente (b)	54.746	113 parc.R\$ 152,08	17.184 set/96 a ago/26
		66.669	

a) Despesas de aluguel dos terminais

	31/03/2016	31/12/2015
Circulante		
Aluguel do Terminal Integrado de Araguari	21.307	4.198
Aluguel do Terminal Integrado de Santa Luzia	7.731	1.523
Aluguel do Terminal Integrado de Guará	6.539	9.154
	35.577	14.875

Instrumento particular atípico de desenvolvimento de edificação, construção sob encomenda e locação atípica, na modalidade de *"built to suit"*.

Os contratos assinados entre a Companhia e terceiros constituem o desenvolvimento e a implementação da construção do Terminal Integrador de Araguari e Santa Luzia e, por conseguinte a locação dos terminais à Companhia em caráter personalíssimo, sendo os referidos Terminais construídos para atender exclusivamente as necessidades da Companhia.

b) Despesas de arrendamento pagas antecipadamente

	31/03/2016	31/12/2015
Circulante		
Concessão (i)	106	106
Arrendamento (ii)	1.719	1.719
	1.825	1.825
Não Circulante		
Concessão (i)	995	1.021
Arrendamento (ii)	16.189	16.619
	17.184	17.640

(i) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista, com a contabilização idêntica aos contratos de arrendamento de bens.

(ii) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente, conforme estipulado em contrato. Os valores pagos antecipadamente foram registrados na rubrica "Arrendamentos e concessão pagos antecipadamente", nos ativos circulante e não circulante.

Conforme divulgado na nota 3.4.2 (IV) os contratos de arrendamento e concessão são contratos de execução; desta forma os saldos estão sendo amortizados considerando o prazo dos contratos.

c) Prêmios de seguro pagos antecipadamente

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices de seguro.

	31/03/2016	31/12/2015
Responsabilidade civil geral	1.196	1.621
All Risks	7.614	10.947
Seguro de transporte	2.998	192
	11.808	12.760

Em 31 de março de 2016, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	R\$ 300.000
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 8.000
Transporte Nacional	All Risk	R\$ 150 por evento
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	All Risk	R\$ 20.000 por evento R\$ 200 para container
Frota de automóvel	All Risk	R\$ 200
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 X Salário Base
Vida em Grupo	Menores e aprendizes	R\$ 13
Acidentes pessoais	Trens turísticos	R\$ 10

3.11 – Sinistros a recuperar e demais contas a receber

	31/03/2016	31/12/2015
Circulante		
Adiantamento a empregados	33.632	34.995
Sinistros a recuperar (a)	62.404	42.056
Adiantamento a fornecedores	13.246	12.299
Outras contas	14	1.695
	109.296	91.045
	31/03/2016	31/12/2015
Não Circulante		
Adiantamento a fornecedores	30.500	-
	30.500	-

(a) Referem-se aos gastos da Companhia com acidentes ocorridos na sua malha ferroviária, para os quais há provisão da franquia, conforme Nota 3.21 (b).

3.12 - Depósitos judiciais e provisão para contingências

	31/03/2016		31/12/2015	
	Depósitos judiciais	Provisões de contingências	Depósitos judiciais	Provisões de contingências
Trabalhistas (a)	189.891	44.360	175.612	46.921
Cíveis (b)	21.308	15.792	20.434	12.776
Tributárias (c)	6.947	524	6.507	643
Ambientais (d)	340	1.824	313	1.710
Previdenciários (e)	10.153	192	10.157	251
	228.639	62.692	213.023	62.301

Depósitos judiciais (movimentação)

	31/12/2015	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/03/2016
Trabalhistas	175.612	9.821	(441)	4.899	189.891
Cíveis	20.434	246	-	628	21.308
Tributárias	6.507	257	-	183	6.947
Ambientais	313	9	-	18	340
Previdenciários	10.157	-	(4)	-	10.153
	213.023	10.333	(445)	5.728	228.639

Provisões para contingências (movimentação)

	31/12/2015	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31/03/2016
Trabalhistas (a)	46.921	2.911	(6.126)	654	44.360
Cíveis (b)	12.776	2.509	-	507	15.792
Tributárias (c)	643	32	(164)	13	524
Ambientais (d)	1.710	-	-	114	1.824
Previdenciários (e)	251	-	(61)	2	192
	62.301	5.452	(6.351)	1.290	62.692

De acordo com o Edital de Privatização, a União continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica. A Companhia procederá a compensação dos valores desembolsados, com os processos judiciais trabalhistas de responsabilidade da União, com as parcelas a vencer do contrato de arrendamento, mediante autorização judicial.

As naturezas dos principais processos provisionados são os mesmos das divulgadas na letra (f) Contingências possíveis não provisionadas.

a) Trabalhistas

A Companhia está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 31 de março de 2016, as contingências trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam R\$ 44.360 (31 de dezembro de 2015 R\$ 46.921). Esses montantes não incluem as contingências de responsabilidade da União (extinta RFFSA), dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz: "As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA." Em 31 de março de 2016 a Companhia havia reconhecido em suas demonstrações o montante de R\$ 83.006 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 81.830) que deverão ser reembolsados pela União (extinta RFFSA).

b) Cíveis

A Companhia é parte em processos e demandas cíveis que envolvem responsabilidade contingente num total de R\$ 15.792 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 12.776).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

c) Tributárias

De acordo com nossos consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisões sobre processos tributários que correm no âmbito administrativo e judicial, nos quais a FCA litiga contra a fazenda pública estadual e municipal, no valor total de R\$ 524 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 643).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

d) Ambientais

A Companhia provisionou R\$ 1.824 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 1.710) referentes a processos com expectativa de perda provável de autuações dos órgãos competentes.

e) Previdenciários

De acordo com nossos consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisões sobre processos previdenciários que correm no âmbito administrativo e judicial, no valor total de R\$ 192 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 251).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

f) Contingências possíveis não provisionadas

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 2.059.000 (31 de dezembro de 2015 - aproximadamente R\$ 1.912.000), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária, ambiental e previdenciário, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União.

As composições das contingências por natureza podem ser assim apresentadas:

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2016	31/12/2015
Trabalhistas (i)	979.000	934.000
Cíveis (ii)	327.000	299.000
Tributárias (iv)	674.000	589.000
Ambientais (v)	45.000	42.000
Previdenciário (iii)	34.000	48.000
	2.059.000	1.912.000

- i. Trabalhistas: trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e pedido de responsabilidade subsidiária da FCA, em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- ii. Cíveis: trata-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária sob concessão, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há ainda demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais.
- iii. Previdenciários: trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, diárias operacionais, PLR e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).
- iv. Tributários: trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo e direito de passagem, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas, cobranças de IPTU sobre imóveis objeto de arrendamento e autuações de ICMS relacionadas ao (i) descumprimento de obrigações acessórias, (ii) glosa de créditos, (iii) exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.
- v. Ambientais: trata-se de demandas cuja discussão se refere à alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

3.13 – Imobilizado

					31/03/2016	31/12/2015
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Bens em operação						
Imóveis	25 a 40 anos	2,77%	30.971	(5.890)	25.081	21.590
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	5 anos	5,00%	11.237	(1.465)	9.772	1.095
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	8,56%	229.708	(89.957)	139.751	137.773
Veículos	3 a 5 anos	20,31%	11.918	(7.342)	4.576	5.143
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	18.757	(7.249)	11.508	11.570
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	11.794	(10.049)	1.745	2.898
Locomotivas	12,5 a 25 anos	6,20%	595.669	(151.470)	444.199	335.655
Vagões	33,3 anos	3,00%	318.112	(84.815)	233.297	236.586
Outros ativos	10 anos	10,00%	2.499	(102)	2.397	42.799
			1.230.663	(358.339)	872.324	795.109
Terrenos			1.142		1.142	1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			2.949		2.949	4.127
Provisão para baixa de ativo			(318)		(318)	(318)
Benfeitorias em curso			-		-	75.527
			3.773	-	3.773	80.478
			1.234.436	(358.339)	876.097	875.587

A Companhia concedeu locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 74.530 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 75.811).

A movimentação do imobilizado no período findo em 31 de março de 2016 está sumarizada da seguinte forma:

Imobilizado - Custo	31/12/2015	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/03/2016
Imóveis	26.901	-	(97)	4.167	30.971
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	2.536	-	18	8.683	11.237
Equipamentos autônomos	220.832	(203)	9.078	-	229.708
Veículos	11.920	-	(2)	-	11.918
Bens administrativos/auxiliares	18.412	-	345	-	18.757
Equipamentos e aplicativos de informática	13.453	-	(1.894)	235	11.794
Locomotivas	480.902	(10.978)	88.591	37.155	595.669
Vagões	317.515	(4)	(245)	845	318.112
Outros ativos	53.246	-	-	(51.085)	2.499
	1.145.717	(11.185)	96.131	-	1.230.663
Terrenos	1.142	-	-		1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	4.127	(1.178)	-		2.949
Provisão para baixa de ativo	(318)	-	-		(318)
Benfeitorias em curso	75.527	-	(75.527)		-
	80.478	(1.178)	(75.527)	-	3.773
	1.226.195	(12.363)	-	-	1.234.436

(a) Os gastos com ativos imobilizado e intangível são inicialmente registrados como ativo intangível e posteriormente são feitas análises considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na concessão). Os ativos relacionados a bens próprios são transferidos para o ativo imobilizado.

Imobilizado - Depreciação	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/03/2016
Imóveis	(5.311)	(331)	-	(196)	(52)	(5.890)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(1.441)	(24)	-	-	-	(1.465)
Equipamentos autônomos	(83.059)	(4.588)	182	(1.126)	(1.366)	(89.957)
Veículos	(6.777)	(565)	-	-	-	(7.342)
Bens administrativos/auxiliares	(6.842)	(407)	-	-	-	(7.249)
Equipamentos e aplicativos de informática	(10.555)	(282)	-	974	(186)	(10.049)
Locomotivas	(145.247)	(7.047)	9.618	178	(8.972)	(151.470)
Vagões	(80.929)	(3.470)	5	25	(446)	(84.815)
Outros Ativos	(10.447)	(898)	-	221	11.022	(102)
	(350.608)	(17.612)	9.805	76	-	(358.339)

As adições no imobilizado em curso referem-se, substancialmente, as modernizações e aquisições de locomotivas e equipamentos de grande porte.

	31/03/16	31/12/15
Modernização e aquisição de Locomotivas	-	66.575
Equipamento de Grande Porte	-	8.952
	-	75.527

Redução do valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

A Companhia avalia anualmente os eventos ou mudanças de circunstâncias que podem indicar se há evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou seja, se o valor contábil de um ativo ultrapassa seu valor de uso.

O método do fluxo de caixa descontado foi utilizado para elaboração dos testes de *impairment*, adotando as seguintes premissas:

- Plano de Negócios até 2026;
- A partir de 2027, é considerada a renovação da concessão;
- A perpetuidade do fluxo de caixa foi considerada a partir de 2027.

A taxa de desconto aplicada no estudo de valoração da Companhia foi obtida através do custo médio ponderado de capital.

3.14 – Intangível

				31/03/16	31/12/15
	Tempo estimado de vida útil remanescente	Taxa média anual de amortização	Custo Histórico	Amortização acumulada	Líquido
Direitos de concessão	10,5 anos	4,70%	43.169	(21.682)	21.487
Softwares adquiridos	5 anos	20,00%	16.092	(9.586)	6.506
			59.261	(31.268)	27.993
Benfeitorias em propriedades arrendadas					26.098
Terrenos			15		15
Imóveis	10,5 anos	2,55%	266.538	(37.141)	229.397
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	10,5 anos	5,00%	19.780	(4.812)	14.968
Equipamentos autônomos	5 a 10,5 anos	9,38%	14.325	(6.999)	7.326
Veículos	3 a 5 anos	23,38%	19	(19)	-
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	3.426	(1.118)	2.308
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	6.527	(6.186)	341
Locomotivas	10,5 anos	7,57%	194.075	(121.519)	72.556
Vagões	10,5 anos	3,00%	143.283	(75.812)	67.471
Via permanente	10,5 anos	5,95%	3.012.232	(1.016.016)	1.996.216
Outros ativos	10 anos	10,00%	35	(1)	34
			3.660.255	(1.269.623)	2.390.632
Benfeitorias em curso			286.630		286.630
			4.006.146	(1.300.891)	2.705.255
					2.605.452

As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483.

O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia registrou o montante de R\$ 72.939, referente ao valor pago do direito de operação, sendo (i) R\$ 29.770 no ativo imobilizado, que são atribuíveis aos bens relacionados ao trecho transferido, e (ii) R\$ 43.169 no intangível como Direitos de Concessão, por se referir ao valor pago para operar o trecho denominado Malha Paulista (Nota 3).

O intangível em curso é originado dos investimentos correntes plurianuais da Companhia e investimentos de capital. A composição do intangível em curso pode ser demonstrada da seguinte forma:

	31/03/16	31/12/15
Construção e ampliação de pátios e terminais	48.024	33.798
Aquisição e modernização de material rodante	14.856	20.060
Instalações administrativas e de apoio	4.470	4.613
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	2.652	2.459
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	29.896	26.461
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	5.675	5.795
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	5.424	10.118
Trens turísticos - melhorias	1.766	1.888
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	164.189	31.177
Melhoria operação ferroviária	5.103	4.034
Equipamentos de grande porte	4.574	-
	286.629	140.403

O intangível no período findo em 31 de março de 2016 apresentava a seguinte movimentação:

Intangível - custo	31/12/15	Adições	Transferências	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/03/16
Direitos de concessão	43.169						43.169
Softwares adquiridos	13.323		2.757		12		16.092
	56.492	-	2.757	-	12	-	59.261
Benfeitorias em propriedades arrendadas							
Terrenos	15	-	-	-	-		15
Imóveis	272.272	-	(7.306)	-	97	1.475	266.538
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	19.864	-	(66)	-	(18)	-	19.780
Equipamentos autônomos	14.481	-	6.459	-	(6.615)	-	14.325
Veículos	19	-	(2)	-	2	-	19
Bens administrativos/auxiliares	3.426	-	346	-	(346)	-	3.426
Equipamentos e aplicativos de informática	6.527	-	26	-	(26)	-	6.527
Locomotivas	194.024	-	88.880	-	(88.829)	-	194.075
Vagões	142.666	-	532	(160)	245	-	143.283
Via permanente	3.000.720	-	11.753	-	(241)	-	3.012.232
Outros Ativos	1.510	-	413	-	(413)	(1.475)	35
	3.655.524	-	101.035	(160)	(96.143)	-	3.660.255
Intangível em curso	140.403	250.019	(103.792)	-	-	-	286.630
	3.852.419	250.019	-	(160)	(96.131)	-	4.006.146

Intangível - amortização	31/12/15	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	Transferências entre categorias	31/03/16
Direitos de concessão	(21.170)	(512)	-	-	-	(21.682)
Softwares adquiridos	(9.224)	(358)	-	(4)	-	(9.586)
Imóveis	(35.469)	(1.560)	-	-	(112)	(37.141)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(4.566)	(246)	-	-	-	(4.812)
Equipamentos autônomos	(6.749)	(250)	-	-	-	(6.999)
Veículos	(19)	-	-	-	-	(19)
Bens administrativos/auxiliares	(1.032)	(86)	-	-	-	(1.118)
Equipamentos e aplicativos de informática	(5.860)	(326)	-	-	-	(6.186)
Locomotivas	(119.952)	(1.518)	-	(49)	-	(121.519)
Vagões	(74.715)	(1.225)	154	(26)	-	(75.812)
Via permanente	(968.123)	(47.896)	-	3	-	(1.016.016)
Outros Ativos	(88)	(25)	-	-	112	(1)
	(1.246.967)	(54.002)	154	(76)	-	(1.300.891)

3.15 – Leasing (arrendamento)

Arrendador:	Salus Empreendimentos Logísticos S.A.
Objeto:	fornecimento de 40 (quarenta) locomotivas tipo
SD40	
Prazo vigência:	novembro/2015 a outubro/2017
Condições de pagamento:	24 parcelas mensais fixas e sucessivas
Valor total contrato:	R\$ 85.416 mil
Amortização parcela mensal:	R\$ 3.559 mil
Valor total do Ajuste a Valor Presente: (em nov/15)	R\$ 6.074 mil

Foram pagas 5 (cinco) parcelas e saldo em 31 de março de 2016 é R\$ 62.682, sendo R\$ 40.328 registrados no passivo circulante e R\$ 22.354 no não circulante.

3.16 - Fornecedores

	31/03/2016	31/12/2015
Fornecedores terceiros (a)	140.440	104.749
Fornecedores partes relacionadas	32.988	16.820
	173.428	121.569
(a) Fornecedores terceiros		
Mercado interno	97.124	104.749
Mercado externo	43.316	-
	140.440	104.749

3.17 – Contas a pagar

Em decorrência de suas atividades operacionais, a Companhia é devedora perante diversos fornecedores e prestadores de serviços, débitos estes representados por duplicatas e notas fiscais faturas.

Visando proporcionar alternativas de recebimentos para seus fornecedores, a Companhia concordou em participar dos convênios celebrados com instituições financeiras para operações de risco sacado, sem ônus para a Companhia.

Em 31 de março de 2016 estas operações apresentavam saldo de R\$ 15.157. (Em 31 de dezembro de 2015 o saldo era R\$ 5.495).

3.18 - Obrigações fiscais

	31/03/2016	31/12/2015
Circulante		
IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica)	-	2.680
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	4.867	5.314
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	6.536	3.016
PIS, COFINS	3.335	7.921
IOF (Imposto s/ Operações Financeiras)	207	207
ISS (Imposto s/ Serviços)	583	1.583
	15.528	20.721

3.19 - Obrigações sociais e trabalhistas

	31/03/2016	31/12/2015
Circulante		
Salários e encargos	18.004	17.913
Provisão para férias e 13º Salário	20.498	18.089
Benefícios trabalhistas	5.427	4.427
Participação nos resultados	14.152	52.454
Outros	-	-
	58.081	92.883

3.20 - Arrendamentos e concessões a pagar

	31/03/2016	31/12/2015
Circulante		
FCA - Malha Centro Leste		
Concessão (a)	2.078	2.084
Arrendamento (b)	39.489	39.592
	41.567	41.676
FCA - FERROBAN/Malha Paulista		
Concessão (c)	176	172
Arrendamento (d)	3.353	3.277
	3.529	3.449
	45.096	45.125

(a) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676 calculado, está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de março de 2016, foram pagas 71 (setenta e uma) parcelas, sendo a 71ª parcela paga no valor de R\$ 2.078.

(b) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União, no montante histórico de R\$292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas Até 31 de março de 2016, foram pagas 71 (setenta e uma) parcelas, sendo a 71ª parcela paga no valor de R\$ 39.488.

(c) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Paulista Arrendamento dos bens - FERROBAN - Malha Paulista

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foram estipulados pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação trimestral do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de março de 2016, foram pagas 62 (sessenta e duas) parcelas, sendo a 62ª parcela paga no valor de R\$ 529.

(d) Arrendamento dos bens - Malha Paulista

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a União, no montante histórico de R\$ 230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação trimestral do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. . Até 31 de março de 2016, foram pagas 62 (sessenta e duas) parcelas, sendo a 62ª parcela paga no valor de R\$ 10.058.

3.21 - Provisões Operacionais

	31/03/2016	31/12/2015
Seguro Responsabilidade Civil (a)	4.115	517
Seguro Risco Operacional (a)	-	12.947
Seguro Responsabilidade Civil Transp. Carga Ferroviária (a)	-	1.769
Provisão para franquia de seguro (b)	24.000	24.000
Outros operacionais	337	365
	28.452	39.598

a) Prêmio de seguros

Prêmios de seguros contratados para coberturas de responsabilidade civil, operacional e de transportes de carga ferroviária.

b) Franquia de seguro operacional

São franquias de seguros com os acidentes operacionais ocorridos em sua malha ferroviária.

3.22 - Demais Contas a pagar

	31/03/2016	31/12/2015
Circulante		
Garantias contratuais	1.797	1.797
Outros passivos circulantes	4.829	2.655
	6.626	4.452
Não circulante		
Outros	-	164
	-	164
	6.626	4.616

3.23 - Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas e também com anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro. Em 31 de março de 2016 – R\$ 2.835.893 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 2.795.893).

3.24 - Receitas diferidas

	31/03/2016	31/12/2015
Circulante		
Passagem de fibra ótica (a)	317	317
Transbordo rodoferrviário (b)	1.250	1.250
Contrato de opção de reserva de capacidade (c)	75.855	-
Contrato de aluguel de locomotivas e vagões (d)	67.664	-
	145.086	1.567

Não circulante

Passagem de fibra ótica (a)
Transbordo rodoferroviário (b)

31/03/2016	31/12/2015
2.933	3.012
23.437	23.750
26.370	26.762
171.456	28.329

- (a) Refere-se à receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.
- (b) Refere-se à receitas antecipadas com a utilização dos serviços de transbordos rodoferroviário no terminal de origem até ao terminal de destino, que será amortizada e apropriada mensalmente ao resultado pelo prazo integral do contrato celebrado com o cliente.
- (c) Refere-se ao Contrato de Opção de Reserva de Capacidade celebrado entre a Companhia e a VLI Multimodal S.A. Pelo contrato a Companhia será remunerada pela reserva de capacidade da Malha Centro-Leste no valor de R\$ 93.848 anuais, atualizados pelo IGP-M (Índice Geral de Preços Médios). A Companhia deverá ser avisada até o dia primeiro de maio de cada ano da intenção da VLI Multimodal S.A de exercer seus direitos contratuais.
- (d) Refere-se à receita antecipada de aluguel de locomotivas e vagões conforme contrato celebrado entre a Companhia e a VLI Multimodal S.A. O contrato terá vigência de 14 anos e a Companhia receberá anualmente o valor de R\$ 81.625 ajustado pelo IGPM (Índice Geral de Preços Médios).

3.25 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2016 o capital social está representado por 210.197.577.031.248 ações ordinárias e 66.665.012 ações preferenciais, todas nominativas. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, optar pelo regime escritural para a emissão, registro de propriedade e transferência de uma ou mais classes de ações. Neste caso, a contratação da escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados só poderão ser efetuados com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço. A instituição financeira depositária das ações ficará autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá criar outras classes de ações, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais.

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações	% Participação
VLI Multimodal S.A.	210.197.536.038.503	55.673.348	210.197.591.711.851	99,99998%
Outros - não controladores	40.992.745	10.991.664	51.984.409	0,00002%
Totais	210.197.577.031.248	66.665.012	210.197.643.696.260	100%

b) Reserva de lucros

Reserva legal - reserva que constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras de capital aberto e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social.

c) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, conforme estatuto social e definições contidas no artigo 202 da Lei 6.404/76.

d) Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

	31/03/2016	31/03/2015
Cálculo da média ponderada		
(210.197.643.696.260 x 12/12)	210.197.643.696.260	210.197.643.696.260
Prejuízo líquido do período	(32.233)	(3.332)
Ações em 31 de março	210.197.643.696.260	210.197.643.696.260
Prejuízo básico e diluído por lote de milhão de ações R\$	(0,15)	(0,02)

3.26 - Receita dos serviços prestados

	31/03/2016	31/03/2015
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário	341.326	326.894
Receita de utilização de pátios	979	851
Receita de estadia de vagões	733	2.065
Receita de aluguel de locomotivas	22.762	20.523
Receita de partilha de frete	25.426	29.170
Receita de serviços acessórios	57.789	39.228
	449.015	418.731
Impostos sobre serviços		
ICMS	(18.245)	(19.388)
PIS	(6.844)	(6.449)
COFINS	(31.526)	(29.705)
INSS Desoneração	(7.653)	(3.979)
	(64.268)	(59.521)
	384.747	359.210
Descontos		
Descontos concedidos	-	(2.735)
Receita líquida dos serviços vendidos	384.747	356.475

3.27 - Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados:

Custo dos serviços vendidos

	31/03/2016	31/03/2015
Pessoal	(73.769)	(72.664)
Encargos sociais	(9.307)	(8.688)
Material	(23.958)	(19.056)
Combustíveis	(81.992)	(76.028)
Serviços contratados	(60.478)	(56.644)
Partilha de frete	(41.387)	(37.592)
Tributos	(406)	(1.789)
Depreciação e amortização	(69.980)	(59.299)
Despesas de arrendamento e concessão	(57.560)	(44.785)
	(418.837)	(376.545)

3.28 - Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas com vendas

	31/03/2016	31/03/2015
Pessoal	(30)	(32)
Encargos sociais	(4)	(3)
Serviços contratados	(2)	-
Outras	-	(2)
	(36)	(37)

b) Despesas gerais e administrativas

	31/03/2016	31/03/2015
Pessoal	(621)	(544)
Encargos sociais	(47)	(34)
Combustíveis	-	(3)
Material	(1)	(4)
Serviços contratados	(16.377)	(107)
Tributos	(209)	(126)
Outras	-	(16)
Depreciação	(617)	(621)
	(17.872)	(1.455)

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/03/2016	31/03/2015
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	2.043	2.260
Venda de ativos – Locomotivas e Vagões	7.488	5.375
Recuperação de despesas	5.237	784
Trem Turístico	808	1.106
Exploração faixa de domínio / Travessias	1.452	1.246
Multas contratuais	3.842	84
Aluguéis	372	212
Recuperação de despesas - RFFSA	-	773
Provisão Desvalorização de estoque	5.324	-
Outros	2	(26)
	26.568	11.813

Outras despesas operacionais	31/03/2016	31/03/2015
Tributárias	(1.388)	(488)
Baixa de Ativos	(7.378)	(1.098)
Provisão para desvalorização de Estoques	-	1
Ajuste de estoque	-	(688)
Participação no resultado	(479)	(28)
Baixa de recebíveis	(308)	-
Outros gastos c/pessoal	(301)	(82)
Pesquisa e desenvolvimento	(605)	(83)
Multas contratuais	(184)	(600)
Trem Turístico	(387)	(1.040)
Trem Turístico-depreciação	(877)	(714)
Outras operacionais	(336)	(119)
Serviços contratados	-	(2.103)
Materiais, peças e componentes	-	(790)
Processos Jurídico Judiciais	(8.766)	(5.840)
Indenizações	(373)	(891)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	542	3.682
Provisão para contingências	(391)	(1.068)
	(21.231)	(11.949)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5.337	(136)

3.29 - Resultado financeiro

	31/03/2016	31/03/2015
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	455	585
Juros, taxas e multas de mora	346	489
	801	1.074
Despesas Financeiras		
Despesas com IOF	(15)	(31)
Encargos	(446)	(138)
Juros, taxas e multas	(967)	(207)
Outras despesas financeiras	(8.283)	(1.177)
	(9.711)	(1.553)
Receita Variação monetária e cambial	7.071	8.148
Resultado financeiro	(1.839)	7.669

3.30 - Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

O total dos créditos fiscais reconhecidos pode ser assim demonstrado:

Imposto de renda diferido	31/03/2016	31/12/2015
Provisão para devedores duvidosos	5.434	5.570
Provisão para contingências	15.673	15.576
Outras provisões	10.508	22.631
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	24.357	24.357
Prejuízo fiscal	100.054	75.933
	156.026	144.067

Contribuição social diferida

Provisão para devedores duvidosos	1.956	2.005
Provisão para contingências	5.643	5.606
Outras provisões	3.783	8.147
Ajuste a valor presente de ativos financeiros	8.768	8.768
Base negativa	32.284	23.601
	52.434	48.127
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	208.460	192.194
Prejuízo fiscal para imposto de renda	400.216	280.733
Base negativa da contribuição social	358.712	250.305

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para ser utilizado, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas, em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Tais premissas e projeções são fundamentadas no plano de negócios consolidado da controladora indireta VLI, devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

A expectativa de realização dos créditos, relativo ao prejuízo fiscal, à base negativa da contribuição social, ocorrerá da seguinte forma:

ANO	31/03/2016	31/12/2015
2016	22.205	20.472
2017	20.997	19.359
2018	32.287	29.768
2019	33.730	31.098
2020	33.080	30.499
2021 em diante	66.161	60.998
	208.460	192.194

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/03/2016	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2015
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(48.500)	(48.500)	(14.029)	(14.029)
<u>Adições (exclusões) permanentes:</u>				
Multas não dedutíveis	324	324	-	-
Despesas não dedutíveis	19	19	1.811	1.811
Outras	314	6	-	-
<u>Adições (exclusões) temporárias:</u>				
Reversão da provisão para contingências	391	391	1.068	1.068
Reversão da provisão para perdas de materiais	(5.324)	(5.324)	-	-
Reversão da provisão de participação nos resultados	(38.302)	(38.302)	-	-
Reversão de outras provisões	(12.102)	(12.102)	(68.086)	(68.086)
	31/03/2016	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2015
	IR	CSLL	IR	CSLL
Constituição (reversão) da provisão de perdas de créditos, líquida	(542)	(542)	(3.682)	(3.682)
Base de cálculo	(103.722)	(104.030)	(82.918)	(82.918)
Prejuízo Fiscal e base negativa do exercício	103.722	104.030	82.918	82.918
Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos	11.961	4.306	7.866	2.831
Total da despesa de impostos das atividades	11.961	4.306	7.866	2.831

3.31 - Informação por segmento de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

3.32 – Benefícios a empregados

Previdência complementar

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social.

A partir de outubro de 2000, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica sem fins lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

a) Plano de Benefício - FCA

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“*Vesting*”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia. Em 31 de março de 2016, 4.901 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (31 de dezembro de 2015 – 4.765)

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FCA, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.

- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no período findo em 31 de março de 2016 totalizaram R\$ 1.056 (31 de março de 2015 - R\$ 1.050).

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Premissas atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As premissas atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Principais premissas atuariais	31/03/2016	31/12/2015
Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	13,31%	13,31%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	13,10%	13,10%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	8,12%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	20,4468
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	20,4468	20,4468

b) Incentivos de Longo Prazo

O programa de incentivos de longo prazo para os executivos da VLI/FCA tem como intuito:

- i) Incentivar o sentimento de “dono” da empresa;

Aumentar a capacidade de atração e retenção dos nossos executivos; e
Reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de competências de seus executivos.

São características fundamentais do programa:

O nível de investimento com o qual o executivo pode aderir ao programa depende:

do posicionamento do executivo no ciclo mais recente de Carreira & Sucessão (C&S); só poderão participar do programa os executivos que foram avaliados como sólida performance e alta performance independente do potencial mapeado. Empregados que não foram avaliados no ciclo anterior terão a participação validada em comitê específico; do nível hierárquico do executivo na empresa em 31/12/2013; da escolha do executivo.

A duração do programa é de três anos (duração do ciclo): sendo iniciado em março de 2014, e encerrado em março de 2017 podendo ser estendido por um período de mais três anos se o executivo optar por aguardar pela valorização da empresa por esse período.

A implementação deste programa de incentivo de longo prazo não obriga a VLI/FCA a realizá-lo nos próximos anos ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada à VLI/FCA a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro. Assim, a participação do empregado no ciclo iniciado em 2014 não deve gerar expectativa de direito nos próximos anos.

A adesão do executivo ao Programa se dará através de seu aceite formal das diretrizes por meio da assinatura (eletrônica ou física) do Termo de Adesão, do envio dos documentos necessários para cadastro e do depósito identificado em nome da VLI referente ao valor da opção. No termo deverá constar a opção escolhida fazendo referência ao número de salários relativos.

A valoração da UVV se dará a partir do crescimento do plano de negócios da VLI/FCA considerando o Ebitda contábil e a valorização do mercado no período. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o período de validade do plano.

Durante o período de vigência do ciclo, os participantes não incorrerão em nenhuma despesa de administração.

O valor da opção do empregado e a contrapartida da empresa em número de salários serão transformados em UVVs e terão a valorização pela diferença da UVV no início do ciclo e a UVV no final do ciclo.

3.33 - Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

Fatores de risco financeiro

As atividades da FCA a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2016 e em 31 de dezembro de 2015.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

a) Risco de Mercado

Risco de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da FCA, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo, o óleo diesel (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelo arrendamento e concessão a pagar (Nota 3.20), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

Análise de Sensibilidade

a) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

O cenário I considera uma diminuição de 10% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante do rendimento atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de março de 2016.

31/03/2016				
Indexador	Taxas do final do período (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	14,13%	12,72%	11,30%	9,18%
(i) Taxa em de 31/03/2016.				

31/03/2016				
	31/03/2016	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Receita Financeira	455	410	364	296

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes terceiros. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresenta concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes terceiros com consequente minimização de perdas individuais.

Atualmente o maior cliente individual da Companhia é sua controladora direta VLI Multimodal.

Em 31 de março de 2016, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 21.737 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 22.279).

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo VLI, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

Rating Mínimo da Instituição de acordo com Agências S&P ou Fitch (1)	Patrimônio Líquido da instituição (2)	Disponível de Caixa (3)
brAA	10%	45%
brAA-	10%	30%
brA	5%	20%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e “*rating*” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

d) Risco operacional

A FCA S.A possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks* (Nota 3.10).

Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro 2015 estão relacionados abaixo, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização e valor justo.

	31/03/2016	31/12/2015
Ativos		
Contas a receber	61.222	76.990
Partes relacionadas	475.181	484.259
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	4.075	3.792
Aplicações financeiras	15.524	36.411
Contas a receber da RFFSA (União)	83.006	81.830
	639.008	683.282
Passivos		
Leasing	62.682	72.917
Fornecedores	140.440	104.749
Contas a pagar	15.157	5.495
Partes relacionadas	32.988	16.820
Arrendamentos, Concessão e Subconcessão a pagar	45.096	45.125
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	2.835.893	2.795.893
	3.132.256	3.040.999

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do período é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	31/03/2016	31/12/2015
Total passivo	3.476.719	3.290.709
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(19.599)	(40.203)
	3.457.120	3.250.506
Patrimônio líquido	1.564.068	1.596.301
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	2.835.893	2.795.893
Total patrimônio líquido+ AFAC	4.399.961	4.392.194
	78,57%	74,01%

3.34 - Compromissos

Os gastos contratados, mas ainda não incorridos no contexto das demonstrações contábeis correspondem exclusivamente a compromissos assumidos pela Companhia referentes às concessões e arrendamentos da Malha Centro Leste e da Malha Paulista. Os compromissos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

	Malha Centro Leste	Malha Paulista Ferroban
Quantidade de parcelas totais	112	112
Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
Índice de atualização das parcelas	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)
Quantidade de parcelas pagas até 31 de março de 2016	71	62
Valor da última parcela paga		
Concessão	2.084	517(*)
Arrendamento	39.592	9.830(*)

(*) Parcela de responsabilidade da FCA (35,595%)

4 - ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES

Conselho de Administração

Marcello Magistrini Spinelli

Presidente

Gustavo Serrão Chaves

Luiz Otávio Andrade Rodrigues da Costa

Mário Ricardo Aparecido dos Santos

Milton Nassau Ribeiro

Diretoria

Marcello Magistrini Spinelli

Diretor-Presidente

Marcus Vinícius de Faria Penteado

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Silvana Alcântara Oliveira de Souza

Diretora de Comunicação, Relações Institucionais e Regulatório

Rodrigo Saba Ruggiero

Diretor de Operações

Fabiano Bodanezi Lorenzi

Diretor Comercial

Fabio Stewson de Souza

Contador - CRC-MG 45.913/O-6